Aos vinte e dois dias do mês de março de 2018, às nove horas e trinta minutos, reuniram-se na 1 Sala 321 - setor 2, da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Campus de Kobrasol/São 2 3 José, os seguintes membros do Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente de Santa Catarina (FEPAFD/SC): a senhora Ana Clarisse Alencar Barbosa, representante da 4 Associação de Mantenedoras Particulares de Educação Superior de SC (AMPESC); a senhora 5 Brígida Maria Erhardt, representante da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE); a 6 7 senhora Cássia Ferri, representante da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE); a senhora Clarice Gaudêncio, representante da Universidade do Contestado (UnC); 8 a senhora Henriette Damm, representante da Universidade Regional de Blumenau (FURB); o senhor Ilson Paulo Ramos Blogoslawski, representante do Centro Universitário para o 10 Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI); a senhora Maria Sirlene Pereira 11 Schlickmann, representante da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL); a senhora 12 Marcilene Popper Gomes, representante do Centro Universitário de Brusque (UNIFEBE); a 13 senhora Maria Luisa Hilleshein de Souza, representante do Instituto Federal 14 Catarina (IFSC); a senhora Maria Hermília L. F. Laffin, representante do Fórum de Educação 15 de Jovens e Adultos de Santa Catarina (FEJA/SC); a senhora Miryan Cruz Debiasi, 16 representante do Centro Universidade Barriga Verde (UNIBAVE); a senhora Neuzi Schotten, 17 representante da União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME); a senhora Rute 18 da Silva, representante da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); a senhora Teresa 19 Machado da Silva Dill, representante da Universidade Comunitária da Região de Chapecó 20 (UNOCHAPECÓ). Além dos membros com assento, participaram da reunião, os membros 21 da secretaria executiva: a senhora Edir Seemund, Gerente de Políticas e Programas da 22 Educação Superior (SED/DIPE/GEPRE); a senhora Karina Bernardes de Oliveira e Silva. E 23 ainda os participantes ouvintes: a senhora Daniela Arns Silveira, representante 24 Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC); a senhora Íris Weidushat, o senhor 25 Alexandre Vanzuita e a senhora Idorlene da Silva Hoepers, representantes do Instituto Federal 26 Catarinense (IFC/PIBID e Residência Pedagógica); a senhora Jean Carla da Cunha Meira 27 (SED/DIPE/GEPRE); a senhora Júlia Siqueira da Rocha (SED/DIPE/GEPEB); a senhora 28 Marlene de Oliveira (SED/DIPE/GEPRE); o senhor Manoel Sebastião Nascimento Júnior 29 (SED/DIPE/GEPRE); a senhora Regina Oneda Mello, representante da Universidade do Oeste 30 de Santa Catarina (UNOESC). Justificaram a ausência: o senhor Eduardo Deschamps, 31 Secretário de Estado da Educação (SED/GBSA); a senhora Elza Marina das Silva Moretto, 32 Secretária Adjunta de Estado de Educação (SED/GABSA); o senhor Gilberto Luiz Agnolim, 33 Diretor de Políticas e Planejamento Educacional (SED/DIPE); o senhor Hamilton de Godoy 34 Wielewicki e a senhora Adr5iana Mendonça Destro, representantes do Fórum dos 35 Coordenadores Institucionais do PIBID (ForPIBID); a senhora Izabel Lima Pessoa, 36 representante da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior 37 (DED/CAPES); a senhora Mariléia Aparecidade Wolff Tubs, representante da Universidade 38 do Planalto Catarinense (UNIPLAC); o senhor Ramiro Marinho Costa (SED/DIGR); a 39 senhora Soraia Liége Nuhrich, representante da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI); a 40 senhora Zenilde Durli, representante da Associação Catarinense da Fundações Educacionais 41 (ANFOPE). A Senhora Edir cumprimenta os membros presentes e deseja um bom dia de 42 trabalho a todos enfatizando que o Fórum se mantém ativo e produzindo. Senhora Edir passa 43

Pantem ativo e produzindo. Sennora Edir passa

a palavra para a secretária executiva do Fórum. Senhora Karina cumprimenta todos e 44 delibera a Ata da Reunião de 22/03/2018 para aprovação. A Ata é aprovada por unanimidade. 45 Apresenta a Pauta detalhada da Reunião: 1. Abertura das atividades do Fórum; 2. 46 Deliberação e aprovação da Ata Reunião Ordinária do Fórum (40° ROF-22/03/2017); 3. 47 Apresentação e aprovação da Pauta/Detalhamento; • Residência Pedagógica (Edital 6/2018 48 e Port. 38/2018) e PIBID (Edital 7/2018); •Edital FUMDES relativo a curso sobre 49 implementação do currículo (Proposta em construção): BNCC e Programas: PROESDE e 50 FUMDES; PARFOR, Estágio, Residência Pedagógica e PIBID; •Texto (em construção) 51 'Formação de Professores: cenário atual e desafios para os próximos anos'; 4- Informes: a) 52 ForPafor; b) PROESDE Licenciatura (documento final) e Licenciatura Indígena/FUMDES; 53 c) Editais e atos legais publicados em 2018: •Edital CAPES 6/2018 retificado e Port. CAPES 54 38/2018- Residência Perdagógica; • Edital CAPES 7/2018 retificado-PIBID; •Portaria 55 Gab/CAPES nº 45, de 12 março de 2018 - dispõe sobre a concessão de bolsas e o regime de 56 colaboração no Programa de Residência Pedagógica e no Programa Institucional de Bolsa 57 de Iniciação à Docência (Pibid);d) Recebidos ofícios com nomeação de novos membros: • 58 Of. 194/2018/ REITORIA/ IFSC- Profo Maria Luisa Hilleshein de Souza (em substituição a 59 Gislene Mioto, Márcia Lobo e Maria dos Anjos); • Of. Presidência AMPESC 98/2018 -60 Prof<sup>a</sup> Ana Clarisse Alencar Barbosa (em substituição a Expedito Michels); • Of. s/n<sup>o</sup> 61 62 UNIBAVE - Prof" Miryan Cruz Debiasi. Senhora Tereza sugeri incluir na pauta o estudo e 63 discussão da Portaria CAPES 158/2017. Senhora Edir inicia sua fala ao dizer que as IES têm refletido, bem como discutido em seus espaços sobre a Residência Pedagógica, e que essa 64 contextualização é importante para que se possa encaminhar uma reunião específica para que 65 66 tanto a SED quanto a UNDIME e as IESs tenham um posicionamento claro, objetivando um caminho na mesma direção e modo que SED possa definir e encaminhar orientações para as 67 Gerências Regionais de Educação. Senhora Nelzi concorda com a senhora Edir e diz que não 68 se sabe ainda o que fazer em relação à Residência, que há dúvidas sobre este cenário na 69 70 UNDIME também, não havendo nenhum encaminhamento sobre o assunto, pois está aguardando orientações. A senhora Regina comenta que na UNESC tem-se realizado leituras 71 sobre esses documentos e destaca que a Residência Pedagógica preocupa a instituição, tendo 72 em vista a dificuldade de encontrar alunos para os subprojetos. A senhora Iris comenta que é 73 74 importante conhecer o edital e observar quais são as limitações que existem no programa. O 75 senhor Alexandre comenta sobre o Pibid e diz que o edital estava impreciso. Relata que o IFC irá realizar a adesão tanto da Residência Pedagógica quanto no Pibid, ainda que nem 76 todos os campi se posicionaram favoráveis à adesão aos dois programas. Diz que haverá uma 77 fragilidade sobre como irá acontecer a Residência Pedagógica, pois o Pibid tem uma dinâmica 78 mais solidificada. É um desafio ter a Residência Pedagógica na instituição, uma vez que 79 haverá turmas que estarão ao mesmo tempo na Residência e no estágio. A senhora Idorlene 80 corrobora ao dizer que a preocupação está na relação de aprendizado para o aluno e pensar no 81 processo de 'como fazer'. Senhor IIson diz que a UNIDAVI está passando um ano muito 82 83 difícil, com a redução de matrículas de ingressantes nos cursos de licenciatura, e que estão repensando a continuidade dos cursos de Educação Física, Educação Especial e Pedagogia. 84 85 Diz que essa situação está sendo pensada junto a reitoria e desde novembro do ano passado

P P Min



foram abertas pelo menos quatro instituições ofertando cursos EaD na região e isso faz 86 repensar institucionalmente a continuidade desses cursos. Com relação a Residência, a 87 88 instituição está ponderando a relação entre aspectos educacionais e financeiros e há a 89 preocupação em relação aos alunos que trabalham. Não está sendo descartado o programa, 90 porém não pode ter aumento nos custos, ou seja, está em fase de pensar e refletir sobre a situação e talvez abrir modalidade EaD para estes cursos de licenciatura. Senhora Neuzi 91 92 comenta que pairam dúvidas sobre os alunos que irão participar do programa. Senhora Cássia diz que haverá vagas específicas no processo seletivo e que não há obrigatoriedade de todos 93 os alunos participarem. Comenta que as instituições passarão por esse mesmo processo. 94 95 Senhora Neuzi diz que os dois programas estarão ocorrendo no interior da escola e relata preocupação sobre a eficácia dos mesmos. Senhora Regina diz que na Residência também 96 97 tem que haver planejamento no mesmo sentido do estágio supervisionado. Senhora Neuzi pergunta se a Residência Pedagógica convalida como estágio de licenciatura e a senhora 98 Cássia diz que o licenciando pode convalidar tranquilamente. Diz que a diferença entre o 99 100 Estágio Supervisionado e a Residência está paudado no tempo, ou seja, o aluno da residência 101 permanecerá por dezoitos meses na escola. Senhora Regina diz que a convalidação deve declarar isso na proposta da IES do programa. Senhora Clarice comenta que já é complicado 102 103 conseguir campo para realização dos estágios. Senhora Sirlene relata que a UNISUL encontra algumas dificuldades em relação os editais, especialmente no que diz respeito aos termos, 104 105 critérios e perfis de profissionais para estes programas. A instituição, apesar das dificuldades, está pensando como irão operacionalizar os programas dentro do projeto institucional. Diz 106 que o pró-reitor solicitou aos coordenadores de cursos e docentes dos cursos stricto sensu em 107 Educação para discutir e estudar estes editais para realizar a seleção de professores, e afirma 108 109 ser um grande desafio, pois os editais trazem um perfil muito excludente em relação aos alunos, bem como na seleção de professores. Afirma que estes dois grupos foram convocados 110 a uma reunião com a pró-reitoria para discutir sobre a possibilidade de assumir os dois 111 projetos institucionalmente. A instituição posicionou-se favorável a adesão dos mesmos, 112 porém será cuidadosa ao que diz respeito ao número de alunos para poder operacionalizar a 113 114 Residência. Senhora Sirlene pergunta à UNDIME se os municípios não associados também recebem as informações enviadas. Por fim, pergunta às IES como estão interpretando a carga 115 horária dos professores das IES para a adesão aos editais já que o professor deve ser 116 contratado em regime integral. Senhora Cássia diz que a maioria dos docentes são horistas 117 com 40 horas, de tempo integral, já aquele professor com menos de 11 horas são denominados 118 professores colaboradores. Diz que para fins de casdastro, utiliza-se as orientações do INEP. 119 A senhora Rute enfatiza a urgência na instalação do Comitê de Articulação da Residência 120 121 Pedagógica e PIBID, da necessidade de entender todo o processo da Residência, em termos de 122 classificação dos alunos, como se dará a adesão e a participação da SED. Destaca que, para que tudo isso fique claro, precisa-se de um diálogo mais próximo para aderir a este programa 123 ou não. Abre o diálogo sobre a relação entre estagiário e residente que recebe bolsa, ao 124 questionar como este recurso reflete sobre a relação entre esses atores sociais. Menciona a 125 educação infantil, ao questionar se as IES irão acolhê-la ou não, pois isso é uma questão que o 126 Edital não coloca claramente. Coloca ainda como o MEC/CAPES podem responder a essas 127 questões. Senhora Tereza coloca que a UNOCHAPECÓ se questiona o quanto estes 128

Por But

3 V

programas impactam na formação destes licenciados. Foi criada uma comissão para estudo 129 130 dos editais e da Portaria 158/2017 com a GERED e municípios. Diz que o Fórum precisa 131 pensar encaminhamentos concretos e esclarecedores para averiguar se as instituições querem 132 ou não aderir a estes programas. Senhora Cássia diz que os editais não podem ser lidos isoladamente, pois há outros documentos orientadores como as Diretrizes de 2015. Diz que a 133 134 residência pedagógica já constava nas Diretrizes Nacionais e tem-se a Portaria 158/2017, que 135 trata da participação das IES nos programas de Formação de Professores da Educação Básica em seu Projeto Político Institucional (PPI), a qual já determinava instituição de colegiado na 136 IES com inclusão das redes. Argumenta que esse fato tinha sido debatido no Fórum no ano 137 138 passado e que, com base nestes dois documentos, deve-se pensar em algum encaminhamento. 139 Sugere que o Comitê de que trata os editas seja constituído neste Fórum, o qual levaria alguns questionamentos pertinentes e algumas indagações sobre os editais dos programas para o 140 141 MEC/CAPES e para que se possa junto aos colegiados começar a operacionalização. Neste 142 caso, o Fórum encaminharia estas questões. Senhora Cássia alerta para o fato que há alguns 143 problemas que as próprias IESs podem resolver e que não há necessidade de encaminhar neste documento. Ela aponta para o fato de algumas instituições não atenderem a Portaria 158/2017, 144 145 e afirma que, neste caso, é um empecilho institucional não havendo relação direta com MEC/CAPES. Chama a atenção para não negligenciarmos a existência de aspectos como a 146 147 implementação da BNCC e a Residência Pedagógica, ainda que tenhamos críticas sobre esses documentos, é necessário ter clareza sobre os critérios dos programas, e isso precisa ser claro 148 para os alunos também. Senhora Henriette diz que endossa as falas anteriores e que a FURB 149 também está passando por alguns questionamentos sobre estes programas, indagando 150 151 principalmente sobre o impacto na formação dos licenciados. Diz que a escola está sufocada 152 de tantas atividades pedagógicas oriundas de acadêmicos de várias instituições. Senhora Cássia concorda, mas destaca os programas PROESDE e PIBID são projetos institucionais 153 importantes que colocam os atores sociais dialogando sobre suas ações na escola. Argumenta 154 155 que a Residência Pedagógica vem pra suprir necessidades de algumas escolas e que Santa Catarina apresenta um cenário diferente, de modo que podemos compreender a importância 156 do programa no Norte e Nordeste, por exemplo. Senhora Neuzi afirma que está preocupada 157 158 com as escolas aderirem a estes programas e que precisamos olhar a realidade da maioria dos 159 acadêmicos de licenciatura, que precisam trabalhar, e o quanto se torna difícil mesmo para realizar o estágio obrigatório. Ela questiona como esses acadêmicos poderão aderir à 160 161 Residência Pedagógica. Senhora Marcilene diz que os alunos envolvidos em outros 162 programas como o artigo 170/CE e o Pibid, apresentam dificuldade de alunos aderirem a este 163 programa, pelas mesmas razões que já foram colocadas aqui. Senhora Cássia concorda que 164 será muito difícil ter um número razoável de alunos aderindo à residência. Senhora Sirlene diz que por experiência institucional, os alunos de pedagogia estão em programas como Pibid 165 166 por 20hs e que não tem como eles se comprometerem além dessas horas. Senhora Edir diz 167 que o Estado pensa nestas questões sobre a rede e que se torna difícil imaginar essa adesão do 168 programa nas escolas. Relata que é preciso saber como organizar esta adesão. Pergunta sobre como conversar com as gerências de educação sobre esta situação, destaca a necessidade de 169 discutir entre todos e sugere uma reunião para o Comitê constituído definir trajetos. Senhora 170 Edir solicita a Senhora Cássia para organizar a constituição deste Comitê. Senhora Cássia 171

P. B. Mint

4

diz que precisa de pelo menos um representante de cada instituição pública, comunitária e 172 privada, bem como um representante da UNDIME e SED. Se habilitaram a formar o Comitê: 173 as profas. Cássia, Daniela e Maria Sirlene, representando a ACAFE; a profa Ana Clarisse, 174 AMPESC; a profa Rute, IES públicas; profa Neuzi, UNDIME; profa Edir, SED. Senhora Edir 175 sugere uma reunião do Comitê no dia 13 de abril de 2018 às 9hs, neste mesmo local, se 176 possível. A deliberação foi aceita por unanimidade. Senhora Karina passa a palavra para 177 Senhora Júlia, para fazer sua apresentação sobre a Base Nacional Comum Curricular 178 (BNCC). Ela pontua os seguintes tópicos: • histórico da BNCC e o E.M; • Programa de Apoio 179 à Implementação da BNCC; • Plano de Ação (Implementação Currículo Base de SC na 180 Educação Infantil e Ensino Fundamental); • Encontro BNCC Ensino Médio. Senhora Julia 181 inicia destacando que o Fórum é a instância ideal para falar de BNCC e inicia fazendo breve 182 183 histórico do documento. Ela aborda dois marcos legais que fundamentam este documento: o primeiro diz respeito a Constituição Federal de 1988 e o segundo está relacionado à 184 aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) em 2014, no qual foi solicitado que se 185 elaborasse a Base Nacional Comum Curricular. Diz que a BNCC passou por três versões, 186 187 sendo a primeira versão inicial em 2014, a segunda em 2016 com algumas alterações nas suas bases epistemológicas, e a terceira versão em 2017. A terceira versão foi homologada e 188 lançada em abril de 2017, a qual aborda a Educação Infantil e Ensino Fundamental. Diz que o 189 documento está estruturado por competências e habilidades nas áreas e componentes: Area 190 das ciências humanas (História e Geografia), Área das linguagens (Língua Portuguesa, Língua 191 Inglesa, Artes e Educação Física); Área das Ciências da natureza (Ciências) e Área da 192 Matemática (Matemática). Caso haja interesse em compreender melhor as dez competências, 193 consultar endereço eletrônico: 194 sugere aos membros presentes 195 htpps://www.youtube.com/watch?v=pq0ieMDrHe8. Comenta sobre o programa de apoio à Implementação da BNCC, descrevendo o cronograma de atividades previsto de fevereiro a 196 novembro de 2018. Falou sobre o 1º Encontro BNCC Ensino Médio, que ocorreu nos dias 08 197 e 09 de março de 2018 em São Paulo, pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos 198 199 Professores do Estado de SP - EFAP. Neste encontro, foi apresentado o contexto histórico da BNCC EM, como se deu o processo de construção do documento. Em seguida, houve a 200 apresentação das áreas por especialistas, bem como um momento para leitura das 201 competências e habilidades, com o propósito de verificar se os componentes estão 202 203 contemplados nas competências e se dialogam entre si, para que a equipe redatora possa promover adequação e ajustes do documento. Por último, senhora Júlia pede às IESs que não 204 abandonem as discussões da BNCC, pois é preocupante a atuação do terceiro setor na 205 educação. Senhora Sirlene agradece a apresentação e diz que a universidade está apoiando 206 207 essa luta. Senhora Edir corrobora ao dizer que a fala da Julia é muito importante, 208 especialmente quando se trata da responsabilidade da SED em validar estas questões educacionais. Senhora Cássia concorda e destaca os termos utilizados na BNCC. Senhora 209 Karina passa a fala para a senhora Marlene apresentar sobre as ações da DIPE. Descreve e 210 elenca algumas ações como •PROESDE Licenciatura - Recurso Art. 170/CE;• Licenciatura 211 Indígena Guarani - Recurso FUMDES; • Fórum - regime de colaboração; Curso Direcionado 212 de Especialização - Recurso FUMDES. Destaca que algumas ações objetivam a 213 Implementação da BNCC. Em relação à Licenciatura Indígena Guarani - Recurso FUMDES, 214

Pils Donting &

lembra que este assunto já foi mencionado na reunião anterior e comenta que haverá um edital 215 para credenciar IES para a oferta, destacando que os Projetos deverão ser enviados até dia 15 216 de maio de 2018. O curso terá duração de quatro anos, será na modalidade presencial e com 217 início em julho de 2018. Lembra o PROESDE Licenciatura - Recurso Art. 170/CE tem por 218 objetivo estudar e aprofundar os estudos sobre currículo. Comenta que os estudantes 219 220 receberão gratuidade de 100% da mensalidade do curso de graduação e 100% do curso de extensão. Fala que os cursos de extensão são propostos temas diferentes a cada ano. Para 221 2018, serão abordados os estudos da Proposta Curricular e a BNCC (Educação Infantil e 222 Ensino Fundamental). Diz que no primeiro semestre será abordado o estudo da BNCC e visita 223 nas escolas públicas de ensino fundamental, e que haverá um questionário aos profissionais da 224 educação (instrumento on-line). No segundo semestre, serão abordados os estudos da 225 Proposta Curricular de Santa Catarina (PCSC), finalizando com uma produção final por IES, 226 trazendo suas contribuições para o currículo da Educação infantil e Ensino fundamental 227 228 embasados nestes dois documentos. Senhora Clarice sugere a possibilidade do aluno do PROESDE ser bolsista mais de um ano, para que os acadêmicos possam aprofundar mais o 229 seu campo de estudo e pesquisas, em razão do PROESDE Licenciatura apresentar anualmente 230 231 um tema diferente no campo da educação. Senhora Marlene comenta sobre o curso 232 Direcionado de Especialização - Recurso FUMDES que terá duração de dezoito meses e as aulas iniciarão em agosto de 2018. O foco desta especialização será o currículo e no projeto 233 do curso haverá previsão de estudos da BNCC e envolverá três seminários, sendo um por 234 semestre, para os professores da rede pública. A publicação do Edital será em maio/2018. 235 Senhora Karina diz que o curso é destinado preferencialmente a professores que atuam na 236 rede pública e tem como objetivo fomentar a discussão sobre currículo, principalmente a 237 BNCC. Senhora Rute pergunta se há ligação do FUMDES com MEC na questão de 238 fomentos. Senhora Marlene diz que não existe relação alguma, que este fomento é um 239 recurso do estado de Santa Catarina. Coloca também que o valor da bolsa repassado aos 240 acadêmicos será de setecentos e cinquenta reais. Senhora Edir complementa ao dizer que são 241 desafios do Estado, embora os recursos sejam mínimos, não podemos perder a oportunidade. 242 Senhora Cássia sugere que curso Direcionado de Especialização poderia ser realizado em 243 244 módulos, sendo realizado por cada IES, por componente, o qual traria mais abragência ao ser compartilhado a produção dos acadêmicos. Senhora Karina retoma a discussão sobre o texto 245 intitulado 'Cenário Atual e Desafios Futuros para a Formação Inicial e Continua de 246 Professores da Educação Básica em Santa Catarina', que foi assunto da última reunião deste 247 Fórum e que está em construção. Pergunta se há alguma sugestão para melhoria do texto e 248 posterior divulgação. Senhora Cássia sugere que é preciso definir um estilo e levá-lo para 249 apreciação e discussão na reunião do dia 13 de abril de 2018. Senhora Sirlene comenta sobre 250 o Fórum Nacional de Coordenadores Institucionais do Parfor - Nota 01/2018. Comenta que 251 houve audiência na DED/CAPES e que apenas dois representantes foram recebidos. Diz que 252 253 neste evento foi decidido realizar encontros a cada quarenta dias, a fim de discutir o programa de formação inicial e continuada e atender as demandas do PROFIC e PARFOR. No 254 momento, não há sinalização por parte da CAPES de invalidar os programas de formação de 255 professores já em andamento, embora alegam fomento insuficiente para toda essa demanda. 256 Haverá algumas turmas de formação e a prioridade será os cursos de pós-graduação, mas 257

Com Quin

alerta que o curso de segunda licenciatura não terá prioridade neste momento. Haverá 258 publicação de edital, com organização de turmas até dezembro deste ano. Comenta com os 259 demais que haverá uma audiência com a UNDIME na próxima semana. Diz que os Fóruns de 260 Licenciatura devem se cadastrar na plataforma Freire e observar as demandas que estão 261 surgindo, para desenhar suas formações. A senhora Karina dá por encerrado os trabalhos da 262 40ª Reunião Ordinária do Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente/SC e 263 agradece a participação de todos e para constar, nós, Manoel Sebastião Nascimento Júnior e 264 Jean Carla da Cunha Meira, lavramos a presente ata que será submetida à aprovação e 265 assinada pelos membros do Fórum na próxima reunião. 266

- Love

sousall